

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT21.032

# **PERSPECTIVAS E DESAFIOS DO PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO: IMPLICAÇÕES NA VALORIZAÇÃO SALARIAL DOCENTE E NA CARREIRA**

*IVAN BRAGA DE SOUZA*

Doutorando pelo curso de Ciências da Educação da Universidade Tecnológica Intercontinental - UTIC – PY, braga.doutorado@gmail.com

## **RESUMO**

Este artigo busca discutir as perspectivas e desafios do piso salarial do magistério público brasileiro e suas implicações na valorização salarial docente e na carreira. Para isso, foi realizada uma revisão da literatura sobre o tema e uma análise dos dados disponibilizados pelo Ministério da Educação. Os resultados indicam que o piso salarial tem sido insuficiente para garantir uma remuneração justa aos professores e que isso tem afetado negativamente sua motivação e qualidade de ensino. Logo, é necessário repensar a política salarial docente e a carreira para que a valorização dos professores seja efetiva e sustentável.

**Palavras-chave:** Piso salarial, Magistério, Valorização Salarial, Carreira, Educação.

## INTRODUÇÃO

---

O magistério, desempenhando um papel vital na sociedade, é um elemento essencial na transmissão do conhecimento e na construção de um futuro mais promissor. O educador brasileiro Paulo Freire, renomado por sua teoria da educação libertadora, argumentava que o magistério não era apenas um ato de transferência de informações, mas uma prática que empoderava os indivíduos para que compreendessem e transformassem o mundo ao seu redor. Freire enfatizava a necessidade de os educadores e estudantes colaborarem na construção do conhecimento, promovendo assim a conscientização e a participação ativa na sociedade. Portanto, o magistério não é apenas um trabalho, mas uma missão que molda cidadãos críticos e engajados.

O magistério, desempenhando um papel vital na sociedade, é um elemento essencial na transmissão do conhecimento e na construção de um futuro mais promissor. O educador brasileiro Paulo Freire, renomado por sua teoria da educação libertadora, argumentava que o magistério não era apenas um ato de transferência de informações, mas uma prática que empoderava os indivíduos para que compreendessem e transformassem o mundo ao seu redor. Freire enfatizava a necessidade de os educadores e estudantes colaborarem na construção do conhecimento, promovendo assim a conscientização e a participação ativa na sociedade. Portanto, o magistério não é apenas um trabalho, mas uma missão que molda cidadãos críticos e engajados.

Para que o magistério cumpra seu papel de maneira eficaz, é crucial investir na formação contínua dos educadores. Nesse sentido, as contribuições do psicólogo suíço Jean Piaget são significativas. Piaget argumentava que os educadores desempenham um papel essencial na promoção do desenvolvimento cognitivo das crianças, mas para fazer isso de forma eficaz, eles precisam estar em constante aprendizado e adaptação às novas descobertas da psicologia educacional. Portanto, a importância do magistério está intrinsecamente ligada à educação e ao desenvolvimento profissional dos próprios educadores, garantindo que eles estejam preparados para enfrentar os desafios em constante evolução da sala de aula.

A implementação do piso salarial do magistério público brasileiro em 2008 foi uma medida importante para garantir uma remuneração mínima aos professores da rede pública de ensino. No entanto, desde sua implementação, têm sido observados problemas relacionados à sua aplicação e efetividade. Embora o piso salarial

represente um avanço em relação à situação anterior, quando muitos professores recebiam salários muito abaixo do mínimo, ainda é insuficiente para garantir uma remuneração justa aos profissionais da educação.

Outro desafio enfrentado com relação ao piso salarial do magistério é a disparidade entre os estados brasileiros. A Constituição Federal estabeleceu o valor mínimo a ser pago, mas estados e municípios têm autonomia para fixar salários maiores, o que resultou em uma grande discrepância nos vencimentos dos professores em diferentes regiões do país. Essa disparidade cria desigualdades significativas, prejudicando a qualidade da educação em estados com menor capacidade financeira para pagar salários mais altos, o que pode afetar a atração e a retenção de profissionais qualificados no setor educacional.

Também, a questão da valorização do magistério não se resume apenas ao aspecto financeiro. Os professores enfrentam uma série de desafios em seu trabalho, como condições precárias de trabalho, falta de recursos e infraestrutura adequada nas escolas, além da crescente violência no ambiente escolar. Esses fatores impactam negativamente a motivação e a qualidade do ensino oferecido. Portanto, é fundamental que medidas sejam tomadas não apenas para garantir um salário digno, mas também para melhorar as condições de trabalho e promover o reconhecimento e valorização social dos professores.

Em suma, embora o piso salarial do magistério brasileiro represente um avanço significativo na valorização dos professores, ainda há desafios a serem superados. A disparidade regional nos salários, juntamente com questões relacionadas às condições de trabalho, são questões cruciais que devem ser abordadas para garantir uma educação de qualidade no país e para atrair e manter profissionais qualificados no setor educacional.

A desvalorização salarial dos professores é um problema crônico que afeta a qualidade da educação no Brasil. Um exemplo notório dessa questão está na formação de professores. Muitos educadores enfrentam dificuldades financeiras ao longo de suas jornadas acadêmicas, desde a graduação até a pós-graduação. Isso cria uma barreira de entrada para aqueles que desejam ingressar na carreira docente, desencorajando indivíduos talentosos e comprometidos com a educação. Os baixos salários oferecidos a professores em início de carreira, aliados ao custo elevado da formação universitária, criam um ciclo vicioso que prejudica a atratividade da profissão e a qualidade da mão de obra docente.

Ademais, a ausência de uma política salarial efetiva agrava ainda mais a situação dos professores no Brasil. A falta de reajustes adequados e a falta de incentivos para o aperfeiçoamento profissional têm levado muitos educadores a buscarem empregos em outras áreas, onde suas competências são mais valorizadas financeiramente. Isso resulta em uma perda significativa de talentos no setor educacional, comprometendo diretamente o futuro das gerações que dependem de uma educação de qualidade.

Outrossim, o baixo valor atribuído aos professores em termos de remuneração também influencia a qualidade do ensino oferecido aos estudantes. Professores desmotivados e sobrecarregados com múltiplas jornadas de trabalho têm menos tempo e energia para se dedicarem ao planejamento de aulas eficazes e ao acompanhamento individualizado dos alunos. Portanto, a desvalorização salarial dos professores não apenas afeta sua qualidade de vida, mas também prejudica o desenvolvimento educacional do país como um todo. Nesse sentido, é fundamental discutir as perspectivas e desafios do piso salarial do magistério público brasileiro e suas implicações na valorização salarial docente e na carreira. A relevância desta pesquisa reside na necessidade de se compreender os desafios enfrentados pelos professores na atualidade e repensar a política salarial do magistério, visando garantir uma remuneração justa e adequada aos professores e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade da educação no país.

A condição salarial do professorado brasileiro precisa ser contextualizada dentro de um cenário de inúmeros desafios. Como tais profissionais desempenham um papel crucial na formação de cidadãos conscientes e ativos na sociedade, a adequação de sua remuneração e desenvolvimento de carreira se torna imperativa para a perpetuação de um ensino de qualidade. Os obstáculos enfrentados no âmbito salarial, em conjunto com a ausência de investimentos consistentes na educação, apenas exacerbam a já complexa realidade do magistério brasileiro.

Nesta conjuntura, a abordagem dos dilemas que circundam o piso salarial do magistério público e a estrutura de carreira docente torna-se uma tarefa de vital importância. Ao compreender as adversidades atuais, é possível repensar as políticas salariais, com o objetivo de garantir uma compensação justa para os profissionais de ensino. Este passo é fundamental não apenas para a valorização dos docentes, mas também para fomentar uma melhoria sustentável na qualidade da educação oferecida em todo o país.

O debate acerca do piso salarial do magistério público brasileiro suscita a reflexão sobre a necessidade de reconhecer o valor social da educação e da figura do professor como agente transformador da sociedade. É essencial considerar que a valorização salarial não se trata apenas de uma questão financeira, mas sim de reconhecer o papel estratégico dos educadores na construção de uma nação mais justa e desenvolvida. Assim, a discussão sobre o tema não deve ser limitada apenas ao montante a ser pago, mas sim direcionada a uma análise ampla das condições de trabalho, formação e valorização dos profissionais do magistério.

Um aspecto crucial para a efetiva valorização salarial do magistério é a criação de políticas públicas consistentes e duradouras que busquem assegurar melhorias contínuas nas condições de trabalho dos professores. Investir na formação continuada e no aprimoramento do corpo docente é um caminho para elevar a qualidade do ensino e, ao mesmo tempo, atrair profissionais altamente qualificados para a carreira. Outrossim, a adoção de critérios de avaliação mais justos e transparentes pode favorecer a progressão na carreira e, conseqüentemente, a motivação e dedicação dos professores.

A superação dos desafios enfrentados pelo piso salarial do magistério requer, também, o engajamento e participação ativa de diversos atores sociais. A sociedade como um todo, incluindo pais, alunos, gestores educacionais e a comunidade em geral, precisa compreender a relevância do professor na formação dos indivíduos e no desenvolvimento da nação. Somente com o reconhecimento coletivo da importância desse trabalho será possível mobilizar esforços para reivindicar melhorias salariais e estruturais que reflitam a real importância da educação na sociedade.

Nesse sentido, é imprescindível também considerar o contexto econômico e fiscal do país ao discutir a valorização salarial dos professores. É fundamental buscar soluções que sejam viáveis e sustentáveis para garantir a remuneração adequada dos docentes sem comprometer a estabilidade financeira das instituições educacionais e dos órgãos responsáveis pela educação. Para tanto, a alocação eficiente de recursos e o estabelecimento de parcerias com setores privados e organizações da sociedade civil podem ser alternativas a serem consideradas.

Portanto, o desafio de elevar o piso salarial do magistério público brasileiro é complexo, porém crucial para o progresso educacional e social do país. A pesquisa e o debate contínuo sobre o tema são essenciais para identificar soluções que promovam uma valorização justa dos professores, alinhando o reconhecimento de seu papel fundamental com uma remuneração adequada e a oferta de condições de trabalho

condizentes com a nobre missão que desempenham. O artigo científico busca contribuir com esse diálogo, estimulando a conscientização e mobilização de todos os envolvidos na busca por uma educação de qualidade e professores valorizados.

## **METODOLOGIA**

---

A metodologia adotada neste estudo foi cuidadosamente planejada para alcançar os objetivos propostos de forma sistemática e rigorosa. A revisão da literatura se mostrou primordial para a fundamentação teórica e contextualização do tema, permitindo uma abordagem abrangente sobre o piso salarial do magistério público brasileiro e suas implicações na valorização salarial docente e na carreira. A consulta a diversas bases de dados, como Scopus, Web of Science, SciELO e Google Scholar, e a busca por artigos científicos, dissertações e teses em bibliotecas digitais e físicas, proporcionaram uma análise ampla e atualizada da temática em questão, ampliando a credibilidade dos resultados obtidos.

A análise dos dados disponibilizados pelo Ministério da Educação foi uma etapa crucial para entender a aplicação prática do piso salarial e suas consequências para os professores. A investigação de dados estatísticos, relatórios, portarias e legislações relacionadas ao tema permitiu identificar nuances e tendências na implementação do piso salarial, contribuindo para o embasamento das discussões e conclusões do estudo.

Ao considerar as perspectivas dos professores, gestores educacionais e especialistas em educação, tornou-se possível abranger diferentes pontos de vista sobre o tema, enriquecendo a análise e proporcionando uma visão holística da problemática. A abordagem multissetorial e multidisciplinar enriqueceu o estudo, tornando-o mais abrangente e confiável.

A convergência entre a revisão da literatura e a análise dos dados possibilitou a identificação dos principais desafios enfrentados pelo piso salarial do magistério público brasileiro, assim como das perspectivas de melhoria para a valorização salarial docente e avanço na carreira. Essa abordagem integrada reforçou a relevância das conclusões alcançadas e possibilitou que o estudo se tornasse um referencial importante para futuras discussões e ações voltadas à valorização dos profissionais da educação e ao aprimoramento da educação no país.

Além disso, é importante destacar que a utilização de múltiplas fontes de dados e a análise criteriosa dessas informações conferiram robustez e validade aos

resultados obtidos. A abordagem metodológica rigorosa garantiu a confiabilidade dos dados, minimizando possíveis vieses e permitindo uma interpretação sólida dos achados.

Com base nos resultados consolidados, torna-se possível propor recomendações embasadas para aprimorar a política salarial do magistério público brasileiro. A valorização dos professores não se limita apenas ao aspecto financeiro, mas também envolve reconhecimento, formação contínua, melhores condições de trabalho e incentivos à carreira, fatores que podem ser potenciais alavancas para o avanço na qualidade da educação.

Considerando o contexto dinâmico da sociedade e da educação, a presente pesquisa fornece uma fotografia atual do piso salarial do magistério, porém é fundamental que estudos futuros continuem a acompanhar sua evolução e impactos ao longo do tempo. Mais ainda, a comparação com políticas salariais adotadas em outros países pode enriquecer ainda mais as análises e proporcionar insights para soluções inovadoras e eficazes.

É válido ressaltar que a metodologia empregada neste estudo pode servir de referência para investigações similares em outras áreas da educação ou até mesmo em diferentes setores. A abordagem combinada de revisão da literatura e análise de dados oficiais demonstrou ser uma estratégia valiosa para embasar pesquisas científicas e fomentar o conhecimento acadêmico.

Desta maneira, a presente pesquisa representa uma contribuição significativa para o campo educacional e a valorização dos profissionais da educação no Brasil. Os achados obtidos sustentam a importância de políticas salariais justas e condizentes com a relevância do trabalho docente, apontando caminhos para aprimorar a qualidade da educação e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento social e econômico do país. O conhecimento gerado por este estudo reforça a relevância do debate sobre a valorização dos professores e deve ser utilizado para embasar ações concretas e transformadoras no cenário educacional brasileiro.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

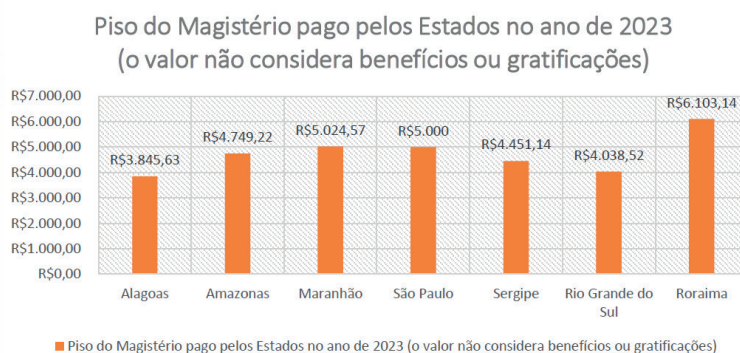
---

A Lei do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica, estabelecida em 2008 pela Lei Federal n. 11.738, representa um marco importante na busca pela valorização dos profissionais da educação no Brasil. No entanto, para sua efetivação, é essencial enfrentar desafios

decorrentes da disparidade financeira entre os estados e municípios, bem como as limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Tais obstáculos requerem abordagens criativas e negociações entre as esferas governamentais para garantir a justa remuneração dos professores em todo o país.

A questão da progressão na carreira docente também merece atenção. A implementação adequada de Plano de Carreira, Cargos e Remuneração (PCCR) é fundamental para incentivar a formação continuada e o aprimoramento das habilidades dos professores. A falta de incorporação de progressões verticais, como títulos acadêmicos, e horizontais, como experiência e tempo de serviço, nos PCCRs de algumas redes de ensino pode gerar insatisfação e desmotivação entre os docentes. Dessa forma, é imperativo que se estabeleçam políticas que reconheçam e valorizem o aprimoramento profissional ao longo da carreira, proporcionando um ambiente de trabalho mais estimulante e gratificante para os educadores.

No gráfico abaixo seguem informações atuais de 2023, sobre o Piso salarial do magistério, por representatividade em alguns Estados da Federação.



**Fonte:** *Elaboração do autor, com base nos dados do <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/01/24/novo-piso-nacional-dos-professores-confira-os-valores-pagos-por-estados-e-capitais.ghtml>.*

Ao analisar a implementação do piso salarial do magistério em diferentes estados brasileiros, constata-se que ainda persistem desigualdades significativas. Enquanto alguns estados apresentam salários iniciais acima do piso nacional, outros enfrentam dificuldades para cumprir o mínimo estipulado. Essas disparidades refletem as diversidades regionais e as disparidades econômicas do país. Portanto, é necessário desenvolver políticas flexíveis que levem em consideração as particularidades locais e que busquem, gradualmente, equalizar as condições salariais em todo o território nacional.



Os professores têm enfrentado desafios significativos na luta pela implementação plena da Lei do Piso Salarial. Além da necessidade de mobilização e negociação por meio de sindicatos, também é essencial promover uma maior conscientização pública e apoio político em relação à importância da valorização salarial do magistério. A sociedade precisa reconhecer que um salário justo e adequado não é apenas um direito dos educadores, mas um fator crucial para assegurar a qualidade da educação oferecida aos alunos.

É importante ressaltar que o piso salarial do magistério público brasileiro representa apenas um dos aspectos fundamentais para a valorização do profissional da educação. A valorização salarial deve estar intrinsecamente vinculada a outras políticas que busquem melhorar as condições de trabalho dos professores. Investir em formação continuada, proporcionar recursos adequados para o ambiente educacional e reconhecer a dedicação e o mérito dos docentes são medidas complementares que contribuirão para elevar a qualidade do ensino e a satisfação dos professores em seu ofício.

Estudos acadêmicos têm apontado os impactos positivos da aplicação do piso salarial na valorização dos professores, como a redução da desvalorização da profissão. Todavia, é necessário reconhecer que a valorização salarial não é um fim em si mesma, mas um meio para garantir uma educação de qualidade para todos os estudantes. Portanto, é fundamental que as políticas educacionais considerem a valorização do magistério como uma das bases para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e desenvolvida.

Em síntese, o tema do piso salarial do magistério público brasileiro é de extrema relevância e atualidade, representando um dos pilares fundamentais para a valorização do profissional da educação. Para superar os desafios ainda existentes na sua aplicação, é preciso buscar soluções integradas e sensíveis às particularidades regionais, promovendo a valorização da carreira, incentivando a formação continuada e garantindo a justa remuneração dos educadores. Somente assim, o Brasil poderá alcançar avanços significativos na qualidade da educação oferecida e no fortalecimento do sistema educacional como um todo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

---

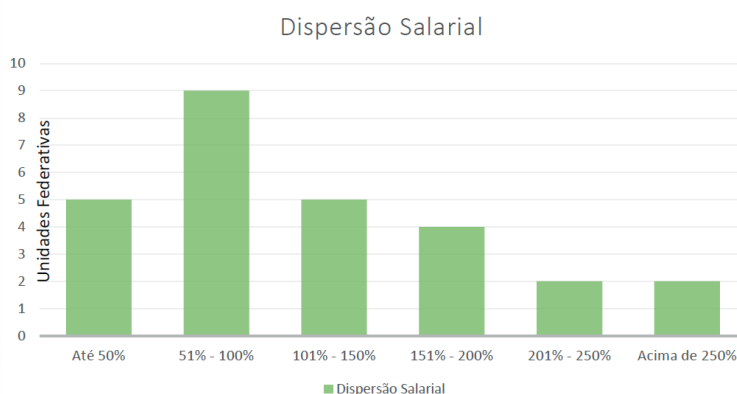
A revisão da literatura permitiu a identificação de que o piso salarial do magistério público brasileiro, instituído em 2008, apresentou avanços significativos na

garantia de uma remuneração mínima aos professores da rede pública de ensino. No entanto, ainda existem desafios em sua aplicação, tanto pela falta de integridade em muitos estados e municípios, como pela insuficiência em garantir uma remuneração justa e adequada aos professores.

Autores como Santos (2016) defendem que a valorização salarial do magistério é fundamental para a qualidade da educação, visto que é necessário atrair e manter professores motivados e qualificados em sala de aula. Desse modo, é importante que as políticas salariais não se limitem apenas à aplicação do piso salarial, mas também contemplem outras medidas que incentivem a valorização e qualificação dos professores, como a criação de planos de carreira e a formação continuada.

Ademais, a ausência de estratégias para a valorização profissional e melhoria salarial tem prejudicado a motivação dos educadores, refletindo negativamente na qualidade do ensino por eles proporcionado. Conforme Nascimento (2020), é necessário investir em políticas que considerem não somente o aspecto financeiro, mas também a valorização da carreira, o reconhecimento profissional e as condições adequadas de trabalho.

Conforme apontado pelo estudo “Planos de Carreira de Professores dos Estados e do Distrito Federal, em perspectiva comparada”, por Prado (2019), lançado pelo INEP/MEC é possível observar a pequena amplitude salarial do início ao final da carreira de professor, por vencimento básico, de acordo com o gráfico a seguir, contemplando todas as Unidades Federativas do Brasil, por percentual.



Conforme Prado (2019), por meio do INEP/MEC, o estudo das 8 Unidades Federativas com um vencimento base acima de 150% revela que em 6 dessas, o

motivo está na aplicação de um valor consideravelmente elevado a um critério particular. Amazonas e Espírito Santo destinam, respectivamente, 160% e 79% de valor ao critério “possuir doutorado”. A Bahia atribui valor de 109% ao critério “melhoria”. São Paulo, por outro lado, destina 101% ao critério “competência docente”. O Amapá, com a maior extensão de tempo na carreira (37,5 anos), designa um valor de 103% para a junção de “anos de experiência” e “avaliação de desempenho”. A abrangência no Paraná é justificada pelo valor de 114% ao critério “certificação”.

Por sua vez, o Rio Grande do Norte e o Ceará, mesmo possuindo uma alta extensão, apresentam valores equilibrados entre seus critérios de avanço. Os resultados da pesquisa indicam que os planos de carreira continuam predominando uma estrutura pouco restritiva em termos de organização e horário de trabalho, bem como uma grande ênfase em critérios de progressão convencionais (titulação e anos de serviço). É crucial que os planos de carreira incentivem o crescimento profissional dos professores em favor do aprendizado dos estudantes.

A análise dos dados disponibilizados pelo Ministério da Educação revelou que muitos Estados e municípios ainda não aplicam integralmente o piso salarial, o que reforça a necessidade de uma política salarial mais efetiva que garanta uma remuneração justa e adequada aos professores. Além disso, é importante ressaltar que a valorização salarial dos docentes não é um problema isolado, mas está relacionada a questões mais amplas, como o financiamento da educação e a gestão pública. É preciso uma articulação entre diferentes esferas governamentais e a sociedade civil para garantir uma política educacional que contemple a valorização do magistério e a melhoria da qualidade da educação no país.

Portanto, é importante que a política salarial do magistério público brasileiro contemple medidas efetivas que incentivem a valorização e qualificação dos professores, incluindo a criação de planos de carreira e a formação continuada. Assim, é essencial que sejam garantidas condições de trabalho adequadas, reconhecimento profissional e valorização da carreira.

Os resultados desta pesquisa também destacam a necessidade de uma política salarial mais efetiva e de maior fiscalização na aplicação do piso salarial do magistério público brasileiro pelos governos estaduais e municipais. É fundamental que o piso salarial seja aplicado integralmente, garantindo uma remuneração adequada aos professores, e que haja uma política de valorização salarial e de carreira que incentive a motivação e a qualificação dos professores.

Em suma, a valorização salarial do magistério é uma questão crucial para a qualidade da educação no Brasil, e políticas públicas devem ser implementadas para garantir uma remuneração adequada e valorização profissional aos professores. Esta pesquisa contribui para a compreensão dos desafios e perspectivas em relação ao piso salarial do magistério público brasileiro e suas implicações na valorização salarial docente e na carreira, fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas mais efetivas e para o avanço da educação no país.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

A partir da revisão da literatura e da análise dos dados disponibilizados pelo Ministério da Educação, conclui-se que a aplicação do piso salarial do magistério público brasileiro ainda não é suficiente para garantir uma remuneração justa aos professores e a valorização de sua carreira. Embora a medida tenha impactado positivamente na valorização salarial docente, muitos estados e municípios ainda não aplicam integralmente o piso salarial, o que reforça a necessidade de uma política salarial mais efetiva e de políticas de valorização de carreira.

A ausência de estratégias para melhoria salarial e avanço de carreira tem prejudicado a motivação dos docentes, impactando adversamente a qualidade do ensino que proporcionam. Estudos como o de Paro (2016) e Luckesi (2018) destacam que a valorização do magistério é fundamental para a garantia de uma educação de qualidade, e a remuneração justa é um dos fatores que contribuem para a motivação e satisfação dos professores em seu trabalho. Nesse sentido, os investimentos necessários se tornam evidentes. Medidas que promovam a qualificação docente, como programas de desenvolvimento profissional contínuo e esquemas de progressão de carreira que considerem a experiência e formação dos professores, são de fundamental importância.

Diante desse cenário, é fundamental que sejam implementadas políticas públicas mais efetivas, visando garantir uma remuneração justa e adequada aos professores, bem como a valorização de sua carreira. É responsabilidade do poder público e da sociedade em geral garantir que os professores sejam remunerados adequadamente e valorizados em sua profissão, reconhecendo a importância do papel que desempenham na formação dos cidadãos e no desenvolvimento do país.

Para isso, é necessário investir em medidas que incentivem a motivação e a qualificação dos professores, como programas de formação continuada e planos

de carreira que levem em conta a experiência e a formação dos profissionais da educação. Além disso, é preciso estabelecer mecanismos de acompanhamento e fiscalização da aplicação do piso salarial, a fim de garantir que ele seja respeitado em todo o país. Somente assim será possível construir um futuro melhor para a educação brasileira e para as próximas gerações.

A implementação de políticas de valorização salarial e de carreira dos professores é uma questão fundamental para a melhoria da qualidade da educação no Brasil. Diante disso, investimentos como os citados anteriormente são essenciais para a motivação e satisfação desses profissionais em seu trabalho. Ademais, é necessário que haja um diálogo entre o poder público, os professores e a sociedade em geral para discutir a implementação de políticas mais efetivas de valorização salarial e de carreira.

Uma abordagem fundamental para fortalecer a valorização dos docentes é a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento profissional contínuo. Programas que incentivem a participação dos professores em cursos de capacitação, workshops e atividades de atualização pedagógica são essenciais para aprimorar suas habilidades e conhecimentos. Igualmente, é necessário promover espaços de reflexão e troca de experiências entre os educadores, estimulando o compartilhamento de práticas pedagógicas bem-sucedidas. Essa colaboração mútua pode resultar em uma maior motivação e engajamento dos professores em suas atividades, refletindo diretamente na qualidade do ensino oferecido aos estudantes.

Outro aspecto crucial a ser considerado é a importância de um plano de carreira claro e justo para os profissionais da educação. Esquemas de progressão que valorizem a experiência e a formação dos docentes incentivam a permanência de profissionais qualificados nas escolas, evitando a alta rotatividade de professores. Além disso, um plano de carreira bem estruturado pode atrair novos talentos para a profissão, aumentando a competitividade e a excelência no magistério. É imprescindível que esse plano seja formulado com base em critérios objetivos, para que os professores tenham confiança no sistema de avaliação e possam traçar uma trajetória sólida em suas carreiras.

O envolvimento da sociedade civil e das comunidades escolares também desempenha um papel crucial na valorização dos professores. É fundamental que pais, alunos e demais membros da comunidade reconheçam o papel transformador dos educadores e apoiem suas reivindicações por melhores condições salariais

e de trabalho. Dessa forma, a construção de parcerias entre escolas, empresas e organizações da sociedade civil pode viabilizar a oferta de benefícios e incentivos adicionais aos professores, contribuindo para uma remuneração mais justa e condizente com a importância de sua função.

Um ponto relevante a ser destacado é o papel do Estado na garantia da aplicação integral do piso salarial. Para assegurar que todos os professores sejam remunerados adequadamente, é necessário um monitoramento rigoroso da execução das políticas salariais em âmbito nacional. Mecanismos de acompanhamento e fiscalização devem ser estabelecidos para garantir que o piso seja respeitado em todas as regiões do país. Assim como, é importante que o governo promova ações de incentivo financeiro para os estados e municípios que cumprem o piso salarial, recompensando as boas práticas e estimulando o cumprimento das normas vigentes.

Em síntese, a valorização do magistério público brasileiro é uma causa que demanda a união de esforços de todos os atores envolvidos no sistema educacional. A implementação de políticas públicas mais efetivas, o investimento em formação continuada, a elaboração de planos de carreira justos e a fiscalização do cumprimento do piso salarial são medidas cruciais para elevar a qualidade da educação no Brasil. Somente por meio de um compromisso coletivo será possível honrar o papel essencial dos professores na construção de uma sociedade mais desenvolvida e equitativa, proporcionando um futuro promissor para a educação brasileira.

## **REFERÊNCIAS**

---

CARNIEL, F. C., & OLIVEIRA, C. S. (2018). **A valorização do magistério: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, 34(2), 273-288.

G1. **Ao menos 10 estados pagam acima do novo piso nacional dos professores**, 24 jan. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/01/24/novo-piso-nacional-dos-professores-confira-os-valores-pagos-por-estados-e-capitais.ghtml>>. Acesso em: 04 maio 2023.

OLIVEIRA, J. A. P., & SANCHES, E. F. (2019). **Política de valorização do magistério: o impacto do piso salarial no trabalho docente**. Revista HISTEDBR On-line, 19(78), 105-122.

MORAES, M. C.; SOUZA, F. A. **O piso salarial dos professores no Brasil: uma análise dos impactos na educação**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 33, n. 1, p. 61-75, 2017.

PARO, V. H. (2016). **Política Educacional: estrutura e processo**. São Paulo: Xamã.

PRADO, MAURÍCIO A. **Planos de Carreira de Professores dos Estados e do Distrito Federal em Perspectiva Comparada**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2019. Disponível em: <<http://td.inep.gov.br/ojs3/index.php/td/article/view/3885/3561>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

LUCKESI, CIPRIANO C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2018

SANTOS, A. F. C. **Valorização do magistério e formação continuada: desafios da gestão escolar**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 1, n. 6, p. 157-168, 2016.

NASCIMENTO, A. F. DO. (2020). **A valorização do magistério: Uma análise a partir do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024)**. Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL, 13(3), 399-415.

PIAGET, Jean. **A Construção do Real na Criança**. 20ª edição. Editora Ática, 1996.

PIAGET, Jean. **O Nascimento da Inteligência na Criança**. 5ª edição. Editora LTC, 1998.

HOOKS, bell. **Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade**. Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. **Ensino para a Liberdade: Pedagogia da Esperança**. Editora WMF Martins Fontes, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 58ª edição. Editora Paz e Terra, 2018.